

Sentença do TST não faz Governo rever orçamento

O titular da Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (Sest), Iram Siqueira Lima, informou que o Governo deverá enviar, tal como está, o orçamento detalhado da União, de 1990, para o Congresso Nacional, ele descartou qualquer reformulação nos gastos de pessoal, por conta da reposição concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho aos funcionários do Banco do Brasil, de 70,1 por cento, equivalentes ao IPC de janeiro último.

O secretário da Sest adiantou que, para promover qualquer alteração nos seus gastos com pessoal, o Governo deverá aguardar a última decisão do Poder Judiciário, de caráter irreversível, sobre o assunto. Explicou também que, mesmo que tivesse havido uma decisão confirmando a sentença do TST, não haveria mais tempo hábil para reformulação e, portanto, o Governo só poderia alterar suas projeções, posteriormente, através de projeto de lei ao Congresso Nacional.

Qualquer mudança nos gastos, esclareceu ainda o secretário da Sest, deverá ser examinada individualmente, empresa por empresa, no âmbito do Cise (Conselho Interministerial dos Salários das Estatais). Para 1989, poderá ser feita uma reformulação em outubro, em razão dos cálculos do Governo.

O ministro do Planejamento, João Batis-

ta de Abreu, chegou a admitir que aumentos salariais no âmbito das estatais deveriam ser compensados com um corte nos investimentos das empresas. Ele descartou qualquer possibilidade de aumentos reais nas tarifas, além dos que estão sendo concedidos pelo Governo, com a finalidade de obter recursos para as empresas, destinados a pagamento de pessoal. O orçamento de 1990, que será enviado ao Congresso, não pressupõe aumento real de salários em relação a 1989. O gasto para o ano que vem foi calculado a partir da despesa mensal com os funcionários e multiplicado por 13 (porque inclui o décimo terceiro). Em 1988, os gastos com pessoal cresceram 16,4 por cento, em relação a 1987, no âmbito das empresas que compõem o setor produtivo estatal, o qual representa 98,5 por cento dos gastos globais das estatais. Os bancos oficiais federais, que são integrados por 16 instituições, incluindo a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, e excluindo o Banco Central, registraram uma elevação de 74,1 por cento, em termos reais, em despesas com pessoal, em 1988, se comparados a 1987. Esses impactos salariais se devem a novos encargos constitucionais; no segundo caso, e no primeiro deles, envolvendo uma elevação se deve aos aumentos verificados na Petrobrás, Telebrás, Companhia Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal e Portobrás, em 1988.